Em entrevista, Bachelet diz que quer “estado forte e eficiente” no Chile

18/12/2013



Do [Opera Mundi]

A presidente eleita do Chile, Michelle Bachelet, fez um encontro surpresa com a imprensa estrangeira na última terça-feira (17/12). Na conversa, que durou 17 minutos, ela detalhou o cronograma que seguirá para realizar as reformas previstas em seu programa de governo e garantiu que o mesmo está baseado no fortalecimento e na eficiência estatal – e que, para isso, é necessário um estado forte.

A futura mandatária também aprofundou o que já havia dito em agosto, sobre rechaçar iniciativas multilaterais baseadas em critérios ideológicos (em alusão à Aliança do Pacífico), e falou sobre as barreiras econômicas para uma maior participação do país no Mercosul, além de lembrar o encontro com ex-presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva, no final de novembro:

Agenda de reformas

“Nosso programa de governo está baseado em três reformas fundamentais: reforma tributária, reforma educacional e reforma constitucional. Não existem prazos de conclusão dessas políticas. Nós estabelecemos um prazo máximo de seis anos para garantir educação gratuita para toda a rede pública, que serão de quatro anos nas escolas de ensino fundamental e médio, mas dependemos de quando isso será aprovado, e sabemos que pode levar tempo”.

“Os projetos de lei da reforma educacional e da reforma tributária já estão prontos e serão levados ao Congresso durante os primeiros cem dias de governo, conforme a prioridade que estabelecemos para esses temas. A reforma constitucional vai requerer maior tempo para encontrar um mecanismo que seja o mais participativo possível, mas pretendemos apresentá-lo antes que termine 2014”.

Relação com o empresariado

“Eu já fui presidente e o setor privado certamente lembra que o meu primeiro governo foi prova das garantias que damos aqui no Chile de que haverá responsabilidade fiscal. Por isso pensamos em uma reforma tributária, visando obter recursos permanentes para gastos permanentes. Queremos um estado forte, eficiente, capaz de realizar as transformações que o país necessita, tanto quanto um empresariado dinâmico, ativo e que permita que a economia siga se desenvolvendo. E por isso eu não vejo as reformas como uma ameaça. Pelo contrário, a ameaça é deixar de fazer essas reformas agora, quando elas são essenciais, para derrotar a desigualdade social, que impede que tenhamos um desenvolvimento mais sustentável e mais harmônico”.

Conflito entre comunistas e democratas cristãos

“Desde que retomou o caminho da democracia, o Chile se tornou um país capaz de gerar governabilidade através de grandes acordos outrora impensados, como a própria relação entre socialistas e democratas cristãos, que hoje ninguém põe em dúvida. Portanto, não vejo porque seria impossível a cooperação com novas forças políticas, ainda que leve um tempo para que exista uma maior confiança mútua, o que é bastante natural. Há pouco, Ignacio Walker [presidente do Partido Democrata Cristão] convidou a direção do PC [Partido Comunista] para um jantar, onde pretende conversar sobre temas de contingência, o que parece ser um excelente gesto de aproximação”.

“A conformação dos ministérios é uma atribuição minha da qual não abro mão. Posso adiantar dois critérios: capacidade de cumprimento com o programa que queremos realizar e comprometimento total com o mesmo. Esse programa foi elaborado através de discussões nas quais ouvimos cerca de 600 especialistas, entre os quais havia figuras ligadas aos diferentes partidos da Nova Maioria (coligação que apoiou sua candidatura) e todos, especialistas e partidos, estiveram de acordo com o texto final”.

Abstenção nas eleições

“O desprestígio da política é o um problema que afeta a democracia do país, que requer instituições públicas fortes e legitimadas. Esse é um compromisso que eu assumo, de buscar mecanismos para fortalecer o sistema político, incentivar a política com maior qualidade ética. Melhorar a representatividade, para que as pessoas se sintam melhor representadas, e que também possam ter maior grau de participação, que é algo que a cidadania está demandando. Como país, uma dos nossos desafios em curto prazo é o de reforçar as instituições, pensando em reforçar a qualidade da nossa democracia”.

Reunião com Lula

“Lula é um grande amigo, pudemos avançar muito nas relações entre Chile e Brasil durante o meu primeiro governo, coincidindo com o segundo governo dele em seu país, e nesse encontro nos falamos em como fortalecer essa relação, fortalecer a integração regional, no interesse do Chile em ter um papel mais relevante dentro da região, assim como o Brasil pretende seguir aumentando sua relevância na região e no plano internacional, como já vem fazendo há alguns anos, e também abordamos temas de interesse comum entre os dois países, sobre os quais também pretendo conversar com a presidente Dilma, quando tivermos nossas oportunidades”.

Mercosul

“Sempre tivemos uma boa relação com o chamado ‘Mercosul político’, participamos ativamente de todas as reuniões as quais fomos convocados e isso continuará sendo assim. É no âmbito econômico que existem obstáculos para que possamos ser um membro permanente, já que nós tomamos, há alguns anos, o caminho de fortalecer nossas relações comerciais através de tratados de livre comércio que impedem uma maior aproximação nesse aspecto. Talvez possamos trabalhar nessa aproximação, caso seja interessante para o Chile e para o próprio Mercosul, mas isso é algo que só poderei analisar quando retomar o governo, avaliando as condições em que estão essas relações”.

Aliança do Pacífico

“Mantenho a mesma visão que tinha no meu primeiro governo, de fortalecer os organismos multilaterais, e seguiremos participando, daqui em diante, das iniciativas inclusivas, que não excluam países por razões ideológicas”.

“Quando recebi a ligação do presidente [mexicano Enrique] Peña Nieto, lembrei a ele que o Chile e o México, durante o meu primeiro governo, foram impulsores da ideia de um ´Arco do Pacífico´, incluindo todos os países voltados para este lado do continente, e hoje penso que também poderíamos, porque não,

abrir as portas de acordos desse tipo para os países voltados para o Atlântico, através de corredores bioceânicos, como os que temos hoje com o Brasil, por exemplo, entre outras medidas que visem sempre uma integração inclusiva”.

Compartilhe nas redes: